

ADUNICAMP - URGENTE

Paralisação no dia 17/03

Companheiros:

A campanha salarial do funcionalismo público encontra-se num momento decisivo. O governo estadual propôs índices aviltantes de reajustes salarial: 40% em março e outros 40% em julho, num total real de 77%. Uma perda, portanto, de cerca de 20% nos salários dos funcionários públicos após um ano em que a inflação atingiu cerca de 100%.

Tradicionalmente, os índices relativos aos docentes do ensino superior, da magistratura e da polícia são decretados em separado. Esta norma parece que será sobedecida, mas o secretário da Administração, Wadi Maluf, já comunicou oficiosamente às três AD's (ADWSP, ADUNICAMP e ADUNESP) qual é a decisão oficial: a mesma do restante do funcionalismo.

Injusta para uns e outros, esta proposta tem sido rejeitada sucessivamente pelas várias entidades do funcionalismo desde o seu anúncio oficial. Quando aplicada aos -profissionais do ensino superior, depois de já anunciada para os funcionários das Universidades, tal proposta apenas confirma mais uma vez o desprezo político com que o governo do Sr. Maluf e do PDS trata as nossas universidades: verbas escassas, falta de autonomia, intervenção em suas questões internas, autoritarismo, etc. Enfim, Maluf e o PDS preferem utilizar os recursos orçamentários para finalidades tais como beneficiar empresários ligados à Paulipetro e à candidatura de Maluf para a Presidência da República, favorecimento generalizado de políticos ligados ao PDS no Brasil inteiro através do BANESPA para a montagem de um "esquema Maluf" ao nível nacional.

As nossas reivindicações foram decididas com bastante antecedência. Sua orientação em síntese é a seguintes: (a) a manutenção da qualidade do ensino tem um alto interesse social, (b) não são apenas salários dignos que garantem aquela qualidade do ensino, mas também as verbas suficientes, estrutura de participação dos corpos da universidade e uma permanente interação com os interesses democráticos da sociedade, (c) tem sido inaceitável para os docentes a prática dos últimos anos, segundo a qual o governo Maluf tem reservado índices diferentes de reajuste salarial para funcionários em geral e para professores, em detrimento dos primeiros, (d) a necessidade de recomposição dos melhores índices salariais dos últimos anos, profundamente atingidos pela política salarial do governo Maluf.

Sem abrir qualquer porta para as negociações, pois se recusa sistematicamente a receber as entidades do funcionalismo, o governo de Maluf e do PDS recebe hoje a mais clara manifestação de repúdio do funcionalismo que renova a sua decisão de votar maciçamente nos partidos de oposição, contra o PDS na eleições de novembro. Um a luta árdua nos espera. O funcionalismo está disposto a resistir e os docentes do ensino superior também. Devemos fazer um esforço especial de organização e de mobilização para não sermos obrigados a engolir o intragável reajuste do governo de Maluf e do PDS.

A assembléia geral realizada no dia 16/3 decidiu que os docentes paralizarão as atividades no dia 17/3. Esta paralisação não se limitará a um protesto, pois utilizaremos este dia para organizar várias atividades e para preparar uma ida à Assembléia geral do funcionalismo, a ser realizada em São Paulo no dia 17/3, às 17 horas, no Sindicato dos Metalúrgicos, R. Galvão Bueno, 760. As decisões da assembléia geral do funcionalismo servirão como sugestões à ADUNICAMP, que decidirá em assembléia geral qualquer novo rumo deste movimento. Finalmente a AG de hoje deliberou que a Assembléia Legislativa deveria rejeitar a proposta do governo de Maluf e do PDS sobre os reajustes.

Hoje, dia 17, os docentes devem parar suas atividades, debater com os alunos a situação acima descrita, reunir-se em assembléias setoriais no período da manhã, realizar um debate às 13 horas no ciclo básico sobre o orçamento do Estado e a possibilidade real de reajuste pelo menos ao nível da inflação. Debatedor: Prof. Mauricio Coutinho do IFCH.

Saída do ônibus p/ a assembléia do funcionalismo: as 15 horas na Associação Campineira de Func. Públicos - R. Ferreira Penteadó, 417

ADUNICAMP - UREENTE

Paralelas no dia 17/03

Compartilhos:

A campanha salarial do funcionalismo público encontra-se num momento decisivo. O governo estadual propôs índices aviltantes de reajustes salariais: 40% em março e outros 40% em junho, num total real de 72%. Uma perda, portanto, de cerca de 20% nos salários dos funcionários públicos após um ano em que a inflação atingiu cerca de 100%. Tradicionalmente, os índices relativos aos docentes do ensino superior, da magistratura e da polícia são decretados em separado. Esta norma parece que será substituída, mas o secretário de Administração, Waldi Helian, já comunicou oficialmente às três AD's (ADAP, ADUNICAMP e ADUNESP) qual é a decisão oficial: a mesma do restante do funcionalismo.

Intuita para uns e outros, esta proposta tem sido rejeitada sucessivamente pelas várias entidades do funcionalismo desde o seu anúncio oficial. Quando aplicada aos profissionais do ensino superior, depois de já anunciada para os funcionários das Universidades, tal proposta apenas confirmaria mais uma vez o desprezo político com que o governo de Sr. Maluf e do PSD trata as nossas universidades: verbas escassas, falta de autonomia, interferência em suas questões internas, autoritarismo, etc. Enfim, Maluf e o PSD preferem utilizar os recursos organizados para finalidades tais como beneficiar empresários ligados à Paulistana e a candidatura de Maluf para a Presidência da República, favorecer a manutenção de políticos ligados ao PSD no Brasil inteiro através do BANESPA para a manutenção de um "espuma Maluf" ao nível nacional.

As nossas reivindicações foram decididas com bastante antecedência. Sua realização em estágio é a seguinte: (a) a manutenção da qualidade do ensino tem um alto interesse social; (b) não são apenas salários dignos que garantem alguma qualidade do ensino, mas também as verbas suficientes, estruturas de participação dos corpos de universidade e um permanente interação com os interesses democráticos da sociedade; (c) em situações semelhantes para os docentes a prática dos últimos anos, segundo atual o governo Maluf tem reservado índices diferentes de reajustes salariais para funcionários em geral e para professores, em detrimento dos primeiros; (d) a necessidade de recomposição dos melhores índices salariais dos últimos anos, profundamente atingidos pela política salarial do governo Maluf.

Sem abrir qualquer porta para as negociações, pois se recusa sistematicamente a receber as entidades do funcionalismo, o governo de Maluf e do PSD recebe hoje a mais clara manifestação de repúdio do funcionalismo que renova a sua decisão de votar maioria nos partidos de oposição, contra o PSD nas eleições de novembro. Um a luta árdua nos dias. O funcionalismo está disposto a resistir e os docentes do ensino superior também. Devemos fazer um esforço especial de organização e de mobilização para não sermos obrigados a engolir o inevitável reajuste do governo de Maluf e do PSD.

A assembleia geral realizada no dia 16/3 decidiu que os docentes paralisarão as atividades no dia 17/3. Esta paralisação não se limitará a um protesto, pois utilizaremos este dia para organizar várias atividades e para preparar uma ida à Assembleia Geral do Funcionalismo, a ser realizada em São Paulo no dia 17/3, às 17 horas, no Sindicato dos Metalúrgicos, R. Galvão Bueno, 700. As decisões da assembleia geral do funcionalismo no sentido de convocar a Assembleia Geral do Funcionalismo, que decidirá em assembleia geral qualquer novo plano de trabalho. Finalmente a AG de hoje definiu que a Assembleia Legislativa deveria rejeitar a proposta do governo de Maluf e do PSD sobre os reajustes. Hoje, dia 17, os docentes devem para suas atividades, debater com os alunos a situação atual do ensino superior, reunir-se em assembleias setoriais no período da manhã, realizar um debate às 13 horas no ciclo básico sobre o orçamento do Estado e a possibilidade de não se reajustar mais do que a inflação. Debatedor: Prof. Maurício Constantino

Atividade de ônibus para a assembleia do funcionalismo: às 18 horas na Associação dos Funcionários de Func. Públicos - R. Ferreira Penabaz, 417